



ORDEM DOS NOTÁRIOS  
PORTUGAL



Joaquim Mendes Lopes

## CARTÓRIO NOTARIAL

### NOTÁRIO

*Lic. Joaquim Manuel Mendes Lopes  
Av. Duque D'Ávila, nº 120, 1º, Lisboa*

NIF. 143 263 862  
ON. nº 132

## CERTIFICO

(No uso da autorização conferida nos termos do artº 8, nº 3, do Dec.-Lei nº 26/2004, de 4 de Fevereiro, publicada no dia 18 de Dezembro de 2013 no sítio [www.notarios.pt](http://www.notarios.pt), com o nº 132/5)

\_\_\_\_\_Que a fotocópia apensa, contendo **oito** folhas foi extraída da escritura lavrada de folhas **sessenta e cinco** a folhas **sessenta e oito verso** do livro de notas para escrituras diversas número **cento e noventa e seis - A** deste Cartório Notarial, e vai conforme o respectivo original. \_\_\_\_\_

Lisboa, 3 de agosto de 2016

A Colaboradora,

(Lic. Marta Filipa Lourenço Alves)

**Conta:**

registada sob o nº 21  
Foi emitido recibo.



## ALTERAÇÃO PARCIAL DE ESTATUTOS

\_\_\_\_ No dia três de Agosto de dois mil e dezasseis, perante mim, Licenciado JOAQUIM MANUEL MENDES LOPES, Notário do Cartório Notarial sito na Av. Duque D'Ávila, nº 120, 1º, em Lisboa, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ ALEXANDRA SOFIA DE MOURA TEIXEIRA DA SILVA, casada, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, NIF 193 419 157; e \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ MARGARIDA ISABEL DE SOUSA MENDES ALVES MEDINA MARTINS, casada, natural da freguesia e concelho de Marinha Grande, NIF 148 406 548; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ ambas com domicílio profissional Centro Maria Alzira Lemos, Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, Lisboa e que outorgam na qualidade de, respetivamente, **Presidente e Vice-Presidente da Direção da Associação com a denominação "PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES - ASSOCIAÇÃO"**, com sede na Rua Luciano Cordeiro, nº 24, 6 A, Lisboa, freguesia de Sagrado Coração de Jesus, concelho de Lisboa, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva número 506 844 536. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Verifiquei: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ a) a identidade das outorgantes, a da primeira pela exibição do seu Bilhete de Identidade número 8905405, de 09/07/2008, emitido em Lisboa pelos Serviços de Identificação Civil, e a da segunda pela exibição do seu Cartão de Cidadão número 02584014 2ZZ5, válido até 23/02/2020, emitido pelo competente serviço emissor da República Portuguesa; e \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_ b) a qualidade em que as outorgantes intervêm, bem como a  
suficiência dos seus poderes para este ato, pela fotocópia-certidão da  
**escritura da constituição** da referida Associação lavrada no extinto  
Cartório Notarial da Batalha, em 12 de Novembro de 2004, de folhas trinta  
e sete a folhas trinta e oito do livro de notas número duzentos e sessenta e  
seis – A, da qual faz parte integrante os estatutos da associação, constantes  
da mencionada escritura, publicados no Diário da República - III Série, nº  
15, de 21 de Janeiro de 2005 e Regulamento Interno, que me foram  
exibidos neste ato, pelas públicas-formas da **ata nº 25**, de vinte e oito de  
Março de dois mil e quinze e **ata nº 28**, de vinte e um de Maio de dois mil e  
dezassexis, ambas da reunião da assembleia geral da identificada associação,  
que promoveu a eleição dos novos corpos sociais para o biénio 2015/2016,  
publica-forma da **ata nº 27**, de cinco de Março de dois mil e dezassexis, da  
reunião da assembleia geral da referida associação, que aprovou a alteração  
dos estatutos da mesma associação, bem como públicas-formas da  
respetiva **lista de presenças e declaração** da associação com o número de  
membros associados, documentos que arquivo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **E PELAS OUTORGANTES, NAS SUAS INVOCADAS  
QUALIDADES, FOI DITO:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que, pela presente escritura, e em execução do deliberado na reunião  
da assembleia geral de cinco de Março de dois mil e quinze, da referida  
associação, conforme ata com o número vinte e sete, *ALTERA  
PARCIALMENTE* os estatutos da Associação, no tocante aos seus artigos  
primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, nono e décimo terceiro, que  
passam a ter a seguinte redação: \_\_\_\_\_



## ARTIGO PRIMEIRO

1. É constituída uma pessoa coletiva de direito privado, organização da sociedade civil com a natureza de Associação dotada de personalidade jurídica, de carácter cívico, humanista, social, cultural, sem fins lucrativos, independente do Estado, dos partidos políticos, das organizações religiosas e de quaisquer outras instituições nacionais, estrangeiras, internacionais ou da União Europeia, com âmbito nacional e denominada «Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres - Associação», adiante designada por "Plataforma".

2. São membros da Plataforma organizações não governamentais que tenham como objetivo a defesa de direitos das mulheres, incluindo a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, raparigas e meninas e a promoção da igualdade entre mulheres e homens, e se identifiquem com os valores dos direitos humanos, da democracia e do desenvolvimento sustentável;

3. A Plataforma é aberta a todas as organizações que preencham os requisitos previstos nos presentes estatutos e no regulamento interno da mesma Plataforma, designadamente os referenciais mínimos de intervenção constituídos pela Constituição da República Portuguesa, legislação portuguesa e comunitária que contribua objetivamente para a garantia dos Direitos das Mulheres e para a realização da Igualdade entre mulheres e homens, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e Recomendações Gerais do respetivo Comité, Plataforma de Ação de Pequim e documentos resultantes da 23<sup>a</sup> Sessão Especial da Assembleia-geral da ONU, Convenção do Conselho da



Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica; Declarações, Recomendações e Decisões do Conselho da Europa sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens, objetivos estatutários do Lobby Europeu das Mulheres, declarações de princípios e posições conjuntas emanadas das respetivas Assembleias-gerais. \_\_\_\_\_

## ARTIGO SEGUNDO

\_\_\_\_\_ A Plataforma tem sede no Centro Maria Alzira Lemos | Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, 1300-054 Lisboa, freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa, podendo criar delegações ou quaisquer outras formas de representação onde julgado conveniente para cumprimento dos seus fins, designadamente através das suas organizações membros enquanto pontos focais da Plataforma. A mudança de sede e a abertura de delegações pode ser realizada por aprovação em Assembleia Geral. \_\_\_\_\_

## ARTIGO TERCEIRO

\_\_\_\_\_ 1. A Plataforma tem, em geral, por fim contribuir para a promoção da igualdade entre mulheres e homens e a defesa dos direitos das mulheres, incluindo a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, designadamente no quadro dos objetivos, da legislação, das recomendações e das orientações pertinentes a nível nacional, internacional e da União Europeia, congregando as organizações membros, na sua diversidade, para a construção de sinergias que, designadamente, permitam e aprofundem a reflexão, o debate, a ação coletiva e a intervenção cívica e social, e criem condições concretas para a participação efetiva e sustentável no processo de decisão política, na definição das políticas públicas e no



apoio ao exercício do direito de ação judicial, por ação ou omissão, em matéria de promoção da igualdade entre mulheres e homens e de defesa dos direitos das mulheres, incluindo a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. A Plataforma tem ainda por fins: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Constituir uma plataforma de diálogo e um espaço de intercâmbio de posições e pontos de vista entre as organizações de direitos das mulheres e promoção da igualdade entre mulheres e homens; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Refletir sobre os interesses das mulheres, promovendo, designadamente, o debate e a discussão sobre a sua situação e problemática;

\_\_\_\_\_ c) Contribuir para o incentivo e desenvolvimento do associativismo na área dos direitos humanos das mulheres e promoção da igualdade entre mulheres e homens; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) Assumir-se como interlocutora perante os poderes constituídos e reivindicar o direito à consulta sobre todos os assuntos que respeitem às mulheres portuguesas e em Portugal, e à promoção da igualdade entre mulheres e homens em todas as áreas da vida em sociedade; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) Colaborar, por iniciativa própria, ou por solicitação, com órgãos e organismos públicos nacionais, de organizações internacionais e da União Europeia, através da realização de estudos, emissão de pareceres e informações relacionados com problemática e interesses conexos com os direitos das mulheres, promoção da igualdade entre mulheres e homens e mainstreaming da dimensão da igualdade entre mulheres e homens; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ f) Promover o diálogo entre as organizações de direitos humanos das mulheres e que promovem a igualdade entre mulheres e homens. \_\_\_\_\_



#### ARTIGO QUARTO

1. A Para concretizar os seus fins, a Plataforma utiliza diversos meios de pesquisa, estudos, avaliação, divulgação, comunicação, sensibilização e formação, e promove todas as iniciativas adequadas para o efeito.

2. A Plataforma goza de autonomia na elaboração e aprovação dos respetivos estatutos e demais normas internas, na eleição dos seus corpos sociais, na gestão e administração do seu património próprio e dos recursos humanos que contrate a qualquer título, na elaboração de planos de atividade e na efetiva prossecução das suas finalidades.

3. A Plataforma pauta a sua atuação, a sua intervenção, a sua gestão e administração pelos mais elevados padrões de qualidade, rigor, transparência, coerência e respeito pelas normas jurídicas e princípios que enformam os seus fins.

#### ARTIGO QUINTO

1. A Plataforma pode fazer-se representar em redes congêneres nacionais, europeias e internacionais, bem como em organismos públicos ou privados.

2. A Plataforma está, desde a sua constituição, representada no Lobby Europeu de Mulheres (LEM) e na Associação de Mulheres da Europa Meridional (AFEM) e pode assumir o estatuto e representação nacional de qualquer destas entidades.

3. O regime de candidaturas para os cargos de representação referidos no número anterior consta do Regulamento Interno.

4. A Plataforma pode ter Estatuto Consultivo junto de organizações

6  
11



internacionais que o prevejam, designadamente Estatuto Consultivo Especial junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. A Plataforma pode, no âmbito dos seus fins, celebrar acordos de parceria, de cooperação ou equivalentes com entidades nacionais, estrangeiras, internacionais ou da União Europeia. \_\_\_\_\_

### ARTIGO NONO

\_\_\_\_\_ 1. A Assembleia-geral é composta por todas as pessoas representantes nomeadas pelas organizações membros efetivos da Plataforma. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Cada organização deverá nomear duas pessoas representantes, uma efetiva e uma suplente. \_\_\_\_\_

### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

\_\_\_\_\_ Constituirão receitas da Plataforma, nomeadamente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) As quotizações das entidades e pessoas associadas; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) As receitas ou proventos resultantes de qualquer atividade por ela desenvolvida no âmbito dos seus objetivos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Os subsídios, subvenções, apoios financeiros ou em espécie, doações ou heranças de quaisquer pessoas singulares e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras, internacionais ou da União Europeia; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) O produto de serviços prestados pela Plataforma a terceiros; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) O produto de inscrições em seminários e da venda de eventuais publicações da sua autoria ou da dos seus membros, bem como de traduções, ainda que não oficiais, de textos pertinentes para a prossecução dos seus fins; \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_ f) O produto resultante da gestão de fundos ou verbas que, eventualmente, lhe seja confiada; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ g) Os rendimentos oriundos do seu património; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ h) O produto de quaisquer outras atividades próprias ou por conta de outrem enquadráveis no seu objeto e finalidade e que revertam para a prossecução dos seus fins. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verifiquei a admissibilidade do objeto adotado, por consulta efetuada hoje, do certificado de admissibilidade número 2016056328, através do site [www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt), com o código de acesso 2537-5574-6068, do qual consta que a associação é titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva número 506 844 536. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Esta escritura foi lida às outorgantes e às mesmas explicada, quanto ao seu conteúdo, tudo em voz alta e na presença simultânea de ambas.

*Alexandra Sofia de Moura Teixeira de Freitas*

*Margarida e Madalena Martins*

*o Notário,*

*João Manuel dos Reis*

*20*

*41*